

Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus

Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 25 / 15 Abril 1975

Preço 3000

PODER POPULAR CAMINHO DO SOCIALISMO

EDITORIAL

A questão económica afirma-se cada vez mais como uma questão decisiva. O agravamento da crise económica traduzido no aumento constante do desemprego e do custo de vida, na desarticulação crescente do sistema produtivo, por via do boicote internacional e da sabotagem patronal, e no rápido esgotamento das reservas do Banco de Portugal utilizáveis no comércio internacional, serviu, e continuará a servir, para pressionar a tomada de medidas concretas pelo MFA.

A extensão das nacionalizações aos sectores industrial, agrícola e comercial que se impõem e que a recente decisão do Conselho de Revolução parece contemplar, pelo menos parcialmente, criará uma situação extremamente complexa característica de uma fase de crise aberta. Teremos um Governo com forte presença capitalista (os ministros do PPD, PS e alguns independentes) a ser posto perante medidas que podem traduzir-se na desarticulação dos grupos económicos dominantes.

É evidente que um Governo de conciliação de classes não pode contribuir para tornar irreversível este processo, antes abrir caminho à possibilidade de uma recuperação burguesa. À medida que a crise económica for pressionando a tomada de medidas para a combater, tornar-se-á cada vez mais evidente a insuficiente clarificação política feita após o 11 de Março.

Nesta situação o controle operário sobre a produção e o controle popular sobre a satisfação das necessidades colectivas (habitação, transportes, saúde, educação, etc.) feitos a partir dos órgãos de poder operário e popular, das comissões de trabalhadores e das comissões de moradores, está na ordem do dia.

Institucionalizado o MFA impõe-se o reconhecimento inequívoco destes órgãos de massa e do seu papel decisivo na transformação da economia nacional.

O controle operário e popular, a afirmação do poder das massas trabalhadoras, é decisivo para no sector privado afrontar a exploração limitando cerca no imediato, os lucros da burguesia industrial, agrícola e comercial e no sector estatal impor a liquidação dos critérios, objectivos, disciplina e organização capitalista das empresas e com esta a derrota dos que advogam uma mera substituição de administradores.

Continua na pag. 2

Encontro de Trabalhadores da região de Lisboa



O encontro de trabalhadores da região de Lisboa realizado no passado dia 13 por iniciativa do MES, reuniu na sua sessão final cerca de quatro centenas de trabalhadores de cerca de cem empresas da zona industrial de Lisboa. Desde a sessão inicial preparatória realizada no dia 8 de Março, participaram nas várias sessões regionais e em empresas levadas a efeito, largas centenas de trabalhadores que, deste modo, puderam discutir colectivamente os seus problemas fundamentais numa perspectiva de luta claramente anticapitalista, mas também não sectária.

Presentes no encontro trabalhadores das principais empresas da zona de Lisboa e Setúbal, Emp. Nac. Penteação Lda, Metalabril, TAP, Galilmo, Lisnave, CUF, Indofil, S. Port.

Petroquímica, Eurofil, Standard Elétrica, Lab. Sanitar, Soc. Nac. Tipografia, Petrosul, J. Gonçalves, Iberar, C. Port. Celulosa, Somaqua, Dodge Cortiveiro, Tofa, Elcoopa, Tint, Portugal, Inapa, Torreita, Tabaqueira, Simões e C.ª, M. Simões Jr., IBM, Impimarte, Stern, UTIC, ODMA, Plessey AEP, Multinova, F. Máximo Almeida, Fab. Barros, Fima-Levor, Covina, S. Central - Corveja, MEC, Nicolai, Iglo, Luis Bandeira, Fab. Reglin, ITT-Semicondutores, Comp. Ind. Pont. Colónias, GTT, Promática, Lab. Sandoz, Manuel Dinis Jr., Siderurgia Nacional, Ignis, Construtora Moderna, J. Pimenta, Shell, Construção Técnica, Fab. Oriental, A.M. Brutus, Manuel Lopes Henriques, Produtos Corticeiros Portugueses, Superpreços Negociador, J. F. Azevedo Silva.

Continua na pag. 2

Indochina: MAIS UMA DERROTA PARA O IMPERIALISMO !

Temos assistido nos últimos tempos às sucessivas derrotas e que o imperialismo americano tem sido sujeito, onde quer que a sua força opressora se faça sentir sobre os povos da África, Ásia, Europa, América e Médio Oriente.

Podemos dizer que a escelada nos ataques se tem feito em três campos: militar, político e económico.

No plano económico, o imperialismo americano, e em especial o seu chefe, os Estados Unidos, têm sofrido durante os efeitos da crise do conjunto do sistema capitalista, que se traduz por uma degradação da situação económica (desemprego massivo na U.S.A. e Europa, inflação galopante), e numa agudização da luta de classes, não só nos países cuja eco-

nomia está mais directamente controlada pelo capital americano (Espanha, Itália, Inglaterra...), como mesmo nos próprios Estados Unidos, onde o desemprego já atinge os 8 milhões de trabalhadores.

É no entanto nos sectores militar e político que o imperialismo americano tem sofrido mais pesadas derrotas.

Em Portugal, por exemplo, a concretizar-se a evolução para o socialismo, que pode arrastar outros povos da Europa para o mesmo caminho, poderá constituir um rude golpe na estratégia do capitalismo americano e no projecto da burguesia europeia a ele associado.

Mas é sem dúvida com a luta dos povos da Indochina que o sistema impe-

rialista americano tem sofrido os seus mais severos golpes. A luta dos povos do Vietname, do Laos e do Camboja, contra a dominação directa dos americanos, que apoiam os regimes fantoches, não só tem tido repercussões sobre a dominação dos E.U.A. nesta região da Ásia, mas também tem contribuído decisivamente para agudizar as contradições que minam a dominação americana no mundo capitalista.

No Vietname, o povo em armas não podia acreditar no «Acordo de Paris», no qual os americanos confessavam para imporem uma nova forma de exploração do povo vietnamita; por isso voltaram à luta e dia após dia vão conquistando terreno às tropas do regime minoritário de Van Thieu, que

os americanos parecem já não apoiar.

No Camboja, o exército popular (Khmers Vermelhos) dominou já a quase totalidade do território e a situação é de queda do domínio imperialista representado pelo regime fantoches dos sucessores do fugitivo Lon Nhon, depois do assalto a Phnom Penh.

Lá como cá, ou onde quer que haja explorados e exploradores, a luta contra o imperialismo pelo libertação dos povos oprimidos, é a luta contra a exploração capitalista, é a luta contra a dominação de um povo por outro povo.

Abaixo o imperialismo!

Viva a luta dos povos da Indochina!

Avante pelo Socialismo para construir a sociedade Comunista!



SOCIALISMO EM LIBERDADE?

ESSA JÁ NÃO PEGA!

Por tudo isto o MES pensa que a social democracia não é de modo algum defensora dos interesses dos trabalhadores. Por isso os partidos sociais democratas — PPD e o PS têm de ser considerados neste momento como inimigos da luta justa dos trabalhadores pela conquista do socialismo.

E quando o MES faz esta afirmação tem em conta por um lado a actuação destes partidos desde o 25 de Abril e por outros a actuação dos partidos sociais-democratas do mundo capitalista.

Esquerda Socialista

(Continuação de pág. 1)

Na situação actual só a generalização dos órgãos de poder operário e popular pode tornar o processo de nacionalizações um processo ao serviço das necessidades dos trabalhadores e do avanço do processo revolucionário, obrigando efectivamente o capital a pagar a sua própria crise.

O processo de nacionalizações pode ser uma primeira experiência de ligação efectiva e concreta do MFA com as massas trabalhadoras em luta contra a exploração. Para tal é necessário que se compreenda que quem pode concretizar as decisões de nacionalizar está ou aquela empresa são os trabalhadores no seu conjunto e não o Governo Provisório.

A própria planificação da economia que a existência de um forte sector estatal impõe, tem de ser controlada pelos trabalhadores. Quem deve decidir o que há que produzir? Para onde devem seguir os investimentos? Como devem ser reestruturados os sectores económicos até aqui voltados para a exportação e para o lucro fácil? Os técnicos estatais ou os trabalhadores?

A resposta é clara. O controle operário e popular sobre a produção tem de estender-se à planificação central: sindicatos democráticos de actividade, comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia têm de ser os órgãos fundamentais da discussão e decisão da reorientação da economia portuguesa.

Ao impasse criado pelo agravar da crise económica e de uma possível vitória da direita nas eleições há que responder firmemente ultrapassando claramente a lógica de democracia burguesa.

Lutar, criar exército popular.

Lutar, criar poder popular.

Não são meros slogans políticos são uma necessidade fundamental ao avanço do processo revolucionário, são a resposta revolucionária que as massas trabalhadoras, os soldados, marinheiros e oficiais progressistas do MFA têm de dar às manobras da burguesia e à incapacidade dos hesitantes e dos reformistas.

A seguir ao 25 de Abril tem-nos sido apresentada uma proposta política que se diz capaz de resolver os problemas que afligem as massas trabalhadoras é a Social-Democracia, também conhecida por socialismo democrático ou socialismo em liberdade.

Mas os trabalhadores perguntam-se que ralo de coisa será esta que faz correr os drs. Sá Carneiro e Magalhães Mota, antigos aliados de Marcelo Caetano ou os drs. Mário Soares e outros que abundam nas cúpulas do P.S.

É que quando antes do 25 de Abril nos organizávamos e lutávamos nas fábricas, nos locais de trabalho e de habitação e nos campos e os patrões faziam sobre nós a força da repressão com os pides, a GNR, as polícias de choque e os funcionários do Ministério das Corporações, nunca encontramos ao nosso lado os ditos social-democratas. Alguns deles andavam sim pelos corredores do Palácio de S. Bento. Ao nosso lado estavam todos aqueles que lutavam por uma sociedade socialista com vista à constituição de uma sociedade donde seja extirpada toda a forma de exploração do homem pelo homem, que é a sociedade comunista.

Os militantes do MES, como todos os trabalhadores, sabem bem quem os oprime e explora. Para nós a reacção é sobretudo o patronato organizado e todos os parasitas que nada produzindo enriquecem a viver à custa do nosso trabalho. É contra essa exploração que nós estamos em luta. Nas fábricas onde ela se faz sentir nos salários baixos, ritmos de trabalho cada vez mais duros, o desemprego, etc. Nos locais de habitação com as rendas de casa elevadas, falta de escolas, creches, esportes, estradas, hospitais e clínicas enquanto nos bairros da burguesia tudo isso se encontra com abundância.

E nós os trabalhadores sabemos bem que essa exploração existirá enquanto o capitalismo existir, e terminará quando os trabalhadores tomarem o poder político e organizarem a sociedade já não em função dos lucros, mas sim para satisfazer as necessidades fundamentais de todos os trabalhadores.

Que nos diz sobre tudo isto a social-democracia?

Que os trabalhadores não se encontram prontos e organizados para conquistar o poder político. E que por outro lado é de evi-

tar a violência como a forma de o fazer. Para eles a melhor forma é fazer reformas que vão modificando o sistema capitalista e assim, aos poucos, se chegar ao socialismo. Para isso é necessário aliar-se neste momento aos sectores da burguesia mais progressistas de forma a assim serem levadas a cabo as ditas reformas.

É por isso que a social-democracia apenas aceita a luta política dentro dos quadros da democracia burguesa. Procura o estreito cumprimento da legalidade. Apenas pensa em poder participar no Governo e por isso põe todos os seus esforços no jogo das eleições. Para a social-democracia o trabalho político mais importante é levar os eleitores a votar neles. Por isso eles pensam que as lutas dos trabalhadores devem ser reprimidas ou quanto muito, ficam apenas na luta reivindicativa para melhores salários, melhores regalias sociais. A social-democracia não pode pois existir, se não houver regime democrático burguês.

É por isso que nós vemos os homens do PPD e do dr. Mário Soares tão preocupados com a realização das eleições.

Por isso nós vemos o sr. Mário Soares tão preocupado com os partidos políticos como o MES que propõe aos trabalhadores a luta pela conquista do poder político. Luta essa que os leva à Revolução Social em que quem manda sejam os trabalhadores (já maior) e impeçam os capitalistas e os parasitas de viver de exploração dos outros e em condições de privilégio. Para nós trabalhadores, e tomada do poder político com a Revolução Socialista será a democracia plena, pois quem irá estabelecer as regras serão nós e aquilo que nós orientar será a defesa dos interesses de todos. Mas para os burgueses e para os parasitas que agora vivem à custa do nosso suor, a revolução socialista terá de ser ditadura, de forma a evitar de uma vez por todas que eles voltem à situação de privilégio em que se encontram agora.

Por tudo isto o MES pensa que a social-democracia não é de modo algum defensora dos interesses dos trabalhadores. Por isso os partidos sociais democratas — PPD e o PS têm de ser considerados neste momento como inimigos da luta justa dos trabalhadores pela conquista do socialismo.

E quando o MES faz esta



afirmação tem em conta por um lado a actuação destes partidos desde o 25 de Abril e por outros a actuação dos partidos sociais-democratas do mundo capitalista.

O PPD, por exemplo, esteve ligado claramente à tentativa de golpe de Palma Carlos, que mais não pretendia do que dar plenos poderes ao ex-general Spínola. Nós não esqueçamos a actuação nesse altura do dr. Sá Carneiro. Aliás o PPD todo tem feito para dividir o MFA e isolar o seu sector mais progressista. Para tanto tem entreado numa declarada campanha anticomunista pretendendo fazer acreditar que o principal problema neste momento seja o de liberdade, como se não fosse o das condições de miséria e de exploração em que se encontram as classes trabalhadoras. Para o PPD é necessário que seja conservada a liberdade dos capitalistas e restantes parasitas manterem o seu domínio de exploração sobre os trabalhadores.

Mas o PS, como bom partido social-democrata, não tem sido de actuação diferente. Joga também procurando dividir o MFA e isolar o seu sector progressista. E ou não é verdade que o Mário Soares se recusou a dizer se tinha ou não ouvido da boca de Spínola a ameaça de intervenção dos americanos em Moçambique numa discussão do problema do ex-general com o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho? Esperava já nessa altura um possível regresso do ex-general Spínola ao poder?

As actuações do PPD e do PS são iguais à dos res-

tantes partidos social-democratas da Europa.

Os social-democratas estão no governo em vários países da Europa, mas isso não leva nem nunca levará a que esses países entrem no socialismo.

É ou não é verdade que em Inglaterra os trabalhistas, quando no poder, governam de mesma maneira que os conservadores? Agora que estão no poder, porque mantêm o mesmo apoio ao regime racista da Rodésia ou continuam a guerra contra o povo explorado da Irlanda do Norte? O que os leva a admitir mais de um milhão de desempregados? Será que a Alemanha Federal modificou alguma coisa de sua política interna com a subida ao poder dos social-democratas? Que o digam os nossos camaradas que ali estão emigrados. São países capitalistas onde a burguesia vive da exploração dos trabalhadores e do imperialismo que exercem sobre os países mais pobres. É ou não verdade que as multinacionais inglesas, alemãs ou suíças vão para Portugal com a mesma intenção de explorar e nosa mão-de-obra barata, procedendo de mesma maneira que todas as outras empresas capitalistas?

Por tudo isto os trabalhadores dizem não à social-democracia.

Por tudo isto os trabalhadores, como propõe o MES, estão conscientes da necessidade de se organizarem e lutarem contra o capitalismo e pela construção da Revolução Socialista, única forma de verem terminada a exploração que os oprime.

REVISIONISMO E ANARQUISMO

1. As principais divergências táticas no movimento operário contemporâneo da Europa e da América referem-se à luta contra duas grandes tendências que se desviam da teoria tornada realmente predominante neste movimento, o marxismo. Estas duas tendências são o revisionismo (oportunismo, reformismo) e o anarquismo (anarco-sindicalismo, anarco-socialismo). Estes dois desvios em relação à teoria e à tática marxista, dominantes do movimento operário, podem observar-se em todos os países civilizados, sob diversas formas e com diversos detalhes no decurso da história, do movimento operário de massas de há mais de meio século para cá. Resolvida esta simples facta que não se possam explicar estes desvios pelo acaso, nem pelos erros de certas pessoas ou grupos, nem mesmo pela influência das particularidades ou tradições nacionais, etc. Deve haver causas essenciais, fundamentadas no regime económico e no carácter da evolução de todos os países capitalistas, que geram esses desvios. (1)

Uma das causas mais profundas que originam periódicos desvios a propósito da tática é precisa-

mente o crescimento do movimento operário. Se, em vez de medirmos este movimento pela escala dum fanático ideal desenhado, o consideramos como um movimento prático de homens normais, tornam-se claro que o alistamento de novos militantes, o compromisso de novas camadas das massas trabalhadoras, deve inevitavelmente ser acompanhado da luta e da tática, da repetição de erros antigos, de um retorno momentâneo às concepções e aos métodos velhos, etc. O movimento operário de cada país passa periodicamente, na aprendizagem dos novos militantes, maiores ou menores reservas de energia, de atenção e de tempo.

Prosseguimos. O capitalismo não se desenvolve com a mesma rapidez em todos os países e em todos os sectores da vida nacional. O marxismo é assimilado mais fácil, rápida, completa e duravelmente pela classe operária e pelos seus ideólogos nas condições de desenvolvimento máximo da grande indústria. No seu desenvolvimento, as relações económicas atrasadas ou retardadas, conduzem constantemente à aparição de partidários do movimento operário que ape-

nas assimilam certos aspectos do marxismo, certas partes da nova concepção ou certas palavras de ordem ou reivindicações, e que são incapazes de romper resolutamente com todas as tradições das concepções burguesas em geral e das concepções burguesas democráticas em especial.

Por outro lado, uma fonte contínua de divergências reside no carácter dialéctico da evolução social, que se vai completando em contradições e através delas. O capitalismo é progressivo porque destrói os antigos modos de produção e desenvolve as forças produtivas; mas simultaneamente, num certo grau do desenvolvimento, entra o crescimento das forças produtivas. Desenvolve, organiza, disciplina os operários, mas, ao mesmo tempo, conduz à degenerescência e à miséria, etc. O capitalismo cria ele próprio o seu colapso, cria ele próprio os elementos de um novo regime e, ao mesmo tempo, sem saltos estes elementos isolados não mudam nada no estado geral das coisas, não tocam na dominação do capital. O marxismo, como teoria do materialismo dialéctico, sabe interpretar estas contradições da vida real, da história viva do ca-

pitalismo e do movimento operário. Mas acontece que as massas aprendem na vida e não nos livros. E é por isso que há pessoas ou grupos que continuamente exageram, armando em teoria unilateral, em sistema unilateral de tática, este ou aquele aspecto do desenvolvimento capitalista, esta ou aquela «filiação» desenvolvimento.

Os ideólogos burgueses, liberais e democratas, não compreendo o marxismo nem o movimento operário contemporâneo, saltam constantemente de um extremo para outro. Ora explicam as coisas pelo facto de pessoas melitosas «existirem» classe contra classe, ora se consola com dizendo que o partido operário é um «pacífico partido de reformas». É preciso ver um ponto directo da influência desta concepção burguesa no anarco-sindicalismo e no reformismo, que se agarram a um único aspecto do movimento operário, que proclamam em teoria este carácter unilateral, que proclamam como excluindo-se mutuamente as tendências e os aspectos deste movimento que são a particularidade específica deste ou daquele período, destas ou daquelas condições da actividade da classe operária. Ora a

vida real, a história real encerram estas diferentes tendências do mesmo modo que a vida e o desenvolvimento da natureza encerram não só várias evoluções, mas também rápidos saltos, como soluções de continuidade.

Os revisionistas têm em conta de palavras todas as considerações sobre os «saltos» e sobre o antagonismo do princípio entre o movimento operário e toda a antiga sociedade. Eles toam as reformas pela realização parcial do socialismo. Os anarco-sindicalistas rejeitam o trabalho do dia-a-dia e particularmente a utilização da tribuna parlamentar. Na realidade, esta última tática leva a ficar à espera dos «grandes dias», sem saber reunir as forças que criam os grandes acontecimentos. Uns e outros travam a acção mais importante e mais urgente: o agrupamento dos operários em grandes e poderosas organizações, funcionando bem e sabendo funcionar em todas as situações, organizações penetradas do espírito da luta de classes, tendo uma clara consciência dos seus fins e educadas no espírito da verdadeira concepção marxista. (1)

Os zigzags da tática

burguesa introduzem no movimento operário um reforço do revisionismo a larga frequentemente até à criação de divergências que naquele se manifestam.

Todas as causas deste género provocam divergências acerca da tática que deve ser aplicada no movimento operário e nos meios proletários. Mas não há nem poderia haver nenhuma muralha da China entre o proletariado e as camadas pequeno-burguesas, incluindo o campesinato, que lhe são vizinhas. Assim se compreende que a passagem de pessoas, grupos e meios da pequena-burguesia ao proletariado deve por seu lado forçosamente gerar hesitações na sua tática.

A experiência do movimento operário em diversos países ajuda a melhor compreender, na base de concretas questões de prática, a natureza tática marxista: ajuda os países mais jovens a melhor discernir o verdadeiro papel social dos ideólogos em relação ao marxismo e a combatê-los com superior sucesso.

(Lenino — As divergências no movimento operário europeu — 1916)

Estar com o MES nas eleições é dizer não à reacção, à social-democracia, ao reformismo e ao aventureirismo

Estamos em plena campanha eleitoral. Não pronunciemo-nos e pronunciemo-nos contra as eleições por várias razões:

1.º Pensar que a legitimação pelo voto é etapa necessária do processo político que vivamos é negar o valor da legalidade revolucionária e reconhecer a necessidade do legalismo burguês.

2.º É na luta diária contra o capital, nas fábricas, nos campos, nas empresas, que os trabalhadores vão adquirindo clara consciência dos seus interesses e criando a organização que, com a classe operária à frente, os conduzirá à vitória final sobre o explorador, instaurando a sociedade socialista, no caminho do comunismo.

É desta luta diária que os trabalhadores são desviados, desmobilizados, pela propaganda gúndola, elitista, dos vários partidos na caça desenfreada do voto.

3.º Os trabalhadores já mostram que ao nível da fábrica ou do bairro, confrontados com os problemas concretos que conhecem e lhes dizem respeito, sabem perfeitamente o que lhes interessa, que sabem perfeitamente distinguir os amigos dos inimigos (veja-se a triste figura que os partidos burgueses fizeram quando tentaram enfiar-lhes o barrete do pluralismo sindical).

Mas a campanha eleitoral versa sobre coisas genéricas, política disto e daquilo, o que permite cozinhar lindas frases que por não terem muito a ver com o quotidiano das pessoas são «comidas» com facilidade.

Assim vencerá quem inventar melhores promessas e tiver dinheiro para contratar bons técnicos de marketing.

E a burguesia, que dispõe para este acto de muito dinheiro e de partidos «populares», «democráticos» e «socialistas»

como os outros, espera poder colher bons frutos, recuperando uma máscara que no terreno da luta de classes já não serve para enganar ninguém.

Por estas razões pensamos que estas eleições não favorecem a luta que as massas trabalhadoras portuguesas travam pela sua libertação.

Mas a realização das eleições é um facto. E seria estúpido ou trágico, debar que os partidos burgueses licassem sozinhos em cena. Se é este o campo em que sentem mais vontade, temos de bater o inimigo mesmo quando ele joga em casa.

Assim o M.E.S. participa nas eleições

para evitar a desmobilização e aproveitar este momento para contribuir para a organização dos trabalhadores;

para aproveitar as facilidades de propaganda que segundo as regras da própria burguesia são dadas aos partidos, para di-

fundir os grandes ideais proletários e desmascarar as manobras desesperadas do capital;

para tentar impedir que a vitória eleitoral da burguesia seja uma realidade;

As eleições que se avizinhavam apenas interessam a burguesia, edifica em aproveitar a despolitização, divisão, ausência de esclarecimento e instrução e falta de consciência de classe de milhões de portugueses, para impôr por meio do voto aquilo que corre o risco de perder pela luta organizada dos trabalhadores.

Estas eleições não servem, assim, os interesses da classe operária e dos trabalhadores. O poder revolucionário legitima-se a si próprio. A classe operária, aos trabalhadores, aos revolucionários não interessam actos formais, fanfarras e outras festas burguesas-liberais, mas sim a luta organizada e a vigilância revolucionária. Este é o único caminho pa-

ra barrar o caminho à contra-revolução, a qual saberá aproveitar as fraquezas e as hesitações dos conciliadores e dos reformistas para criar as condições de empôr o seu poder pela violência e pelo terrorismo.

Tudo isto de forma alguma poderia justificar que o MES, organização coerentemente revolucionária, estivesse ausente do processo eleitoral. Semelhante acção significaria voltar as costas aos trabalhadores e deixá-los ainda mais expostos ao bombardeamento damagógico dos Partidos burgueses.

O MES será, durante a Campanha Eleitoral e na Assembleia Constituinte, um tribuna ao serviço da luta e da organização revolucionária da classe operária e de todos os oprimidos e explorados.

Para que a burguesia pague caras as vantagens que estas eleições lhe trarão é necessário que as forças consequentemente revolucionárias estejam

neste processo, aproveitando-o para esclarecer e organizar os trabalhadores, caminhando firmemente na construção do Poder Operário e Popular.

Estar com o MES no processo eleitoral é contribuir para ultrapassar os limites que a burguesia quer fixar a este processo. É fazer estas semanas um marco importante no caminho da libertação de todos os explorados e oprimidos. É dizer não à reacção, à social-democracia, ao reformismo e ao aventureirismo.

É lutar pelo Poder Operário e Popular e pelo Socialismo.

Elegar deputados revolucionários do MES a colocar na Constituinte militantes que saberão lutar para que a Constituição não seja um instrumento de dominação e repressão dos trabalhadores.

É contribuir para que na Constituinte se exprimam os avanços na construção do Poder Operário e Popular.

Albernoa: avança!

1. O Povo trabalhador da Albernoa mais uma vez jogou ao ataque. E esta é a única resposta justa, face à tentativa da burguesia capitalista em recuperar o terreno perdido desde o 25 de Abril. Efectivamente, o movimento popular, conseguindo impor algumas derrota políticas à burguesia, mostrou assim que na luta que se forja a unidade e consciência das classes trabalhadoras.

2. Desta vez, decidiu-se colectivamente a ocupação das casas (desabitadas há 20 anos) de dois conhecidos latifundiários que sempre viveram à custa do esforço e miséria daqueles que tudo produzem: os trabalhadores. A nossa ideia é destinar as referidas

casas à utilização social: sede do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas; Instituto Popular; Posto Clínico.

3. No entanto, se estas acções são importantes, nós, trabalhadores rurais, pensamos que é preciso ir mais longe na luta pelo poder económico dos capitalistas; por isso, sempre lutamos e continuaremos a lutar, cada vez com mais audácia, pela urgente Reforma Agrária, que exproprie os latifundiários e faça com que sejam os trabalhadores organizados a decidir o que e como produzir.

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Aveiro: Fábrica João Nunes da Rocha ocupada pelos operários

Em Aveiro, 400 operários de empresa João Nunes da Rocha estão em luta. Dadas as manobras reaccionárias e de boicote económico efectuadas pelo patrão, os operários exigem que a empresa seja nacionalizada. Trata-se de uma empresa de construção civil (pré-fabricados).

Estava actualmente a construir casas em Cabura Bassa.

O M.E.S. apoia esta luta contra o capital e suas manobras. O núcleo de Aveiro do M.E.S. emitiu a este propósito o comunicado que reproduzimos:

GREVE E OCUPAÇÃO DE INSTALAÇÕES

A luta que os trabalhadores desta fábrica travam desde Dezembro, intensificou-se e radicalizou-se, quando, no passado dia 7, os 400 operários que lá trabalham decidiram parar a laboração e ocupar as instalações, em resposta às atitudes e manobras do patrão.

Em 31 de Dezembro a

Comissão de Trabalhadores apresentou um caderno reivindicativo, do qual constavam as reivindicações dos trabalhadores sobre a justiça social, e o comportamento do patronato para com os trabalhadores. O patrão recusou-se firmemente a aceitar qualquer espécie de caderno reivindicativo. 50 depois de conversações havidas, tendo como mediador o delegado do Ministério do Trabalho, é que as reivindicações dos trabalhadores foram aceites, chegando-se assim a acordo. Acordo esse rapidamente violado pelo patrão, que desrespeitou de imediato aquilo a que se tinha comprometido, o que levou à paralisação da fábrica por mais hora no 1.º dia e uma hora no 2.º dia.

Como a vaga de insultos, provocações e agressões por parte do sr. João Nunes da Rocha (proprietário) continuasse, foi uma delegação operária a Lisboa ao Ministério do Trabalho, o qual procedeu a Sindicância, até hoje de resultado nulo.

Após este processo ini-

cial, surgem os motivos que mais directamente levaram a esta última tomada de posição e forma superior de luta:

1. a) O não pagamento das subsídios de Natal aos trabalhadores das secções de construção civil e carpintaria mecânica;

b) A rejeição pelo patronato de um processo de saneamento apresentado pela comissão de trabalhadores referente a um laudo do patrão, acusado de:

Desvio comprovado de 70 000 000.

Cacção armada sobre os trabalhadores.

2. A manobra pela qual o patrão retirou a dois operários determinados poderes que lhes conferia.

3. O facto de não dar conhecimento aos operários da parte comercial e contactos externos da firma.

4. O boicote à produção através da paralisação de compra de matéria prima.

Assim os trabalhadores reivindicam a nacionalização imediata da fábrica, bem como de todos os bens imobiliários em nome

de João Nunes da Rocha, adquiridos com capital pertencente à firma. Os Trabalhadores rejeitam a auto-gestão pois estão conscientes dos perigos de tal processo. Os Trabalhadores, conscientes da situação política a que o patrão conduziu propositalmente a empresa, exigem a nacionalização desta.

Assim o M.E.S. que sempre apoiou as justas lutas dos trabalhadores por eles próprios decididas apela para todos os trabalhadores e forças populares progressistas para que juntamente conosco se solidarizem com a justa luta dos Trabalhadores da fábrica João Nunes da Rocha a fim de contribuir decisivamente para mais uma vitória da classe operária sobre o patronato explorador.

Pela Nacionalização da Empresa João Nunes da Rocha!

— Pelo Poder Operário a Popular!

— Avante Pela Socialismo!

O núcleo de Aveiro do Movimento de Esquerda Socialista (M.E.S.)

Praia-golfe

- Trabalhadores defendem-se

Os trabalhadores do Hotel Praia-golfe iniciaram a 30 de Março um processo de greve contra a antidade patronal, com ocupação de instalações.

O que os levou à greve foi o seguinte:

1.º — O não pagamento do 13.º mês.

2.º — O não pagamento do subsídio de alimentação das férias de 1974.

3.º — O não pagamento dos salários no prazo estipulado por lei.

O patronato alega que o hotel dá prejuízo, tendo verificado que os trabalhadores que no mês de Janeiro (mês de menor afluência) em que tomaram a seu cargo a administração do hotel, o mesmo deu lucro.

Os trabalhadores repudiaram as manobras ferozes a cabo pelo patronato, denunciando a presença no mês de Fevereiro no hotel

de um administrador vindo do hotel Vasco da Gama, do qual tinha sido senado, e que comprava produtos alimentares impróprios para consumo, o que, obrigando a novas despesas, fatalmente veio originar prejuízo na exploração nesse período. Todas estas manobras visavam a divisão dos trabalhadores. Denunciaram igualmente:

1.º — O cancelamento de todas as reservas

2.º — A não aceitação de novas reservas

3.º — A expulsão dos clientes

4.º — A não permissão de hospedagem de 29 para 30.

Os trabalhadores estão em greve, não têm intenção de a quebrar e fazem-na não porque exigem reivindicações, mas porque exigem que lhes seja pago o que é devido.

Comissão de Unidade Operária Metalúrgica C.U.O.M.

A propósito dos acontecimentos que ultimamente têm agitado o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, a Comissão de Unidade Operária Metalúrgica distribuiu um comunicado em que denuncia a actual situação da Comissão Directiva (cozinhada pelos elementos que não se unham demitido da anterior direcção reforçados com outros da sua confiança) nomeadamente pelo patrimonismo com que tem dirigido o Sindicato, numa linha de conciliação de classes, pretendendo pôr a classe operária a reboque da burguesia.

Afirmando não se pretender «dona da verdade», a Comissão requereu uma assembleia geral extraordinária para que fossem discutidos por toda a classe as demissões do presidente da direcção e outros dirigentes, bem como os despedimentos, suspensões e admissões de funcionários do Sindicato.

Faz-se notar que a assembleia de Sacavém, onde foi «eleita» a comissão directiva, sofreu de várias irregularidades e começou por não constar da ordem de trabalhos da convocatória qualquer eleição.

Prosseguindo a descrição dos acontecimentos o comunicado narra como a comissão directiva, vem de facto, a convocar uma assembleia em 4 de Abril,

mas com uma ordem de trabalho bem diferente da requerida: 1. — Contrato Colectivo, 2. — Verticalização do Sindicato, 3. — Anteprojeto dos Estatutos, 4. — Informações. Pese embora a grande importância dos assuntos referidos, é notória a intenção de escamotear a explicação perante a classe das graves acusações que pesavam sobre a comissão directiva.

A esta manobra responderam os metalúrgicos, votando maciçamente a alteração da ordem de trabalhos, passando o ponto de informações para o princípio da reunião. E é de notar que tal foi votado mesmo por muitos metalúrgicos afectos ao partido que a comissão serve, que não quiseram misturar-se naquelas manobras.

O comunicado prossegue:

«O que se deu a partir daqui, camaradas? A mesa da assembleia geral e a «comissão directiva» ficaram absolutamente apovoadas! Enfrentar a classe, dar esclarecimentos e explicações de certos casos que são autênticos atentados aos direitos dos trabalhadores, como poderia ser uma coisa dessas? Sucederam-se os golpes e as truques. Dou-se a palavra à «Comissão directiva» que não tinha informações a dar e no jogo do empurra de quem devia falar e do que devem dizer, mais uma

vez teve de ser o laço Jéno-nimo de Sousa a tomar a palavra. O que disse eis camarádas, que se enquadram no ponto de informações? A não ser sobre as instalações do Sindicato, todo o tempo foi «queixas» fora da C.T., ora tendo os comunicados caluniosos e vergonhosos difundidos, ora falando sobre verticalização que era o ponto 2 do D. Trabalho. O presidente da mesa não vivia o desvio do orador... Interessava era passar o tempo e não dar palavras aos oradores inócuos.

E o comunicado conclui: Nós é que somos o Sindicato, que tem de estar sempre ao serviço da classe! Não podemos admitir que ele seja corria de transmissão de um partido político, que mais não faz do que caluniar as lutas dos explorados.

Temos o direito de saber, discutir e decidir sobre todos os problemas existentes no solo do Sindicato.

Não basta dizer que o C. T. é urgente, pois isso todos o sabemos!

A questão muito importante que se levanta é a seguinte: Conseguiremos nós avançar para uma análise calma e consciente do C. T. sem primeiro discutir e resolver rapidamente os outros problemas numa assembleia? Parece-nos que não, por muitas assembleias que vamos a fazer!

O C. C. T. sempre uniu os metalúrgicos. Porque razão estão agora divididos?

Quem é afinal que faz a divisão da classe, camaradas? Dizer que é uma ou outra facção de assembleia é fugir da raiz dos problemas!

Quem tem medo de prestar contas à classe?

Quem teme o diálogo e a verdade? Poderemos então ter confiança naqueles que estão à frente do nosso Sindicato?

A assembleia do Pavilhão dos Desportos foi firme e sem margem para dúvidas. Os metalúrgicos de Lisboa querem discutir os seus problemas. Para ignorância bastam já dezenas de anos!

— Em frente pela realização da assembleia requerida para o dia 24/75!

— Em frente pela discussão da verticalização!

— Em frente pela discussão do Contrato Colectivo de Trabalho!

— Em frente pela discussão do anteprojeto dos estatutos!

— Em frente por um sindicalismo de classe!

Nestas discussões se formará a unidade dos metalúrgicos.

Lisboa 7/4/75
A Comissão de Unidade Operária Metalúrgica

Lisboa
ENCONTRO
nacional de
PROFESSORES
promovido pelo
Movimento de Esquerda Socialista
a 15 de Junho de 1975

Já saiu - 40\$

ENCONTRO DE TRABALHADORES

Continuação da pág. 1

O encontro processou-se em reuniões de quatro secções abordando os temas principais e culminou num plenário final em que foram divulgadas as principais conclusões.

Apontando para a necessidade de, na situação actual, se levar por diante uma luta ofensiva, criando o poder operário e popular, fazendo do processo de transformação económica e política em curso um processo que caminhe na direcção do socialismo, as conclusões do encontro, que serão amplamente divulgadas, podem ser assim sintetizadas.

I Secção (Despedimentos) — Procedeu a uma análise dos sectores mais afectados pelos despedimentos e das formas de luta a desenvolver: por um horário de 40 horas semanais e pela fixação de salários mínimo e máximo.

II Secção (Comissões de trabalhadores) — Abordou as diferenças entre comissões de trabalhadores e comissões sindicais, as bases em que deverão funcionar as comissões de trabalhadores e os objectivos da sua luta.

Concluiu-se que as comissões de trabalhadores são uma forma mais avançada de organização do que as comissões sindicais, e um meio extremamente importante de criar a unidade dos trabalhadores, fundamental no controlo dos trabalhadores, sobre a economia portuguesa, em particular nas nacionalizações.

III Secção (Luta sindical) — Abordou questões como: unidade sindical, apertadismo, democraticidade, sindicalismo de classe e sindicalismo vertical.

Concluiu-se que a unidade sindical favorece a luta pela unidade, mas só por si, não assegura essa uni-

dade. Assim, foi considerada fundamental a luta pelo controlo dos trabalhadores sobre os sindicatos, eliminando o controlo partidário sobre os mesmos.

Considerou-se que isso se poderá obter assegurando a democraticidade interna dos sindicatos, dando o poder às assembleias sindicais e fazendo dos delegados sindicais, eleitos na base, os elementos fundamentais da luta sindical. Concluiu-se ser correcto avançar para sindicatos organizados por ramos de actividade e não por bases profissionais.

IV Secção (Crise Económica) — Depois da análise ao vários sectores, concluiu-se da necessidade de estender as nacionalizações às grandes empresas de construção civil, cimentos, siderurgia, indústrias extractivas, cerâmica, vidros, celulose, adubos, petroquímica, madeiras, de produção e distribuição de energia, de construção naval, pesca, transportes (incluindo a sua produção), comércio externo e comércio interno de produtos essenciais.

Concluiu-se ainda que o controlo dos trabalhadores no sector nacionalizado devia ser feito do seguinte modo: através de uma comissão de gestão com delegados do Governo, controlada por uma comissão de trabalhadores de cada empresa, dando a assembleia dos trabalhadores o poder de decisão sobre os aspectos fundamentais da vida da empresa.

Divulgamos a seguir as principais conclusões sobre as funções das comissões de trabalhadores, a luta sindical, o controlo dos trabalhadores sobre a banca e os seguros e a crise económica, as nacionalizações e o controlo operário.

COMISSÕES DE TRABALHADORES, ÓRGÃOS DE PODER OPERÁRIO

As comissões de trabalhadores surgidas da luta reivindicativa dos trabalhadores têm um papel importante na luta contra os efeitos imediatos da crise económica capitalista, nomeadamente na luta contra os despedimentos, pela garantia do emprego e do salário. A luta contra os despedimentos engloba a luta pela abolição de horas extraordinárias e pela redução dos ritmos e cargos de trabalho em sectores industriais onde existam milhares de trabalhadores desempregados.

As comissões de trabalhadores são órgãos onde se pode forjar a unidade dos trabalhadores para a condução da luta de massas, porque são órgãos unitários, desde que efectivamente controlados pela base. As comissões de trabalhadores podem combater a divisão dos trabalhadores dentro da empresa, reduzindo leques salariais e trazendo os assalariados dos serviços para os objectivos da luta proletária. Devem combater as diferenças entre as condições de vida dos trabalhadores das várias empresas e dos vários ramos industriais. Devem contribuir para a unificação da organização dos trabalhadores dentro e fora da fábrica, organizando-se a nível de zona com outros centros de poder popular, como comissões de moradores comissões de assalariados rurais, etc.

Hoje, a nacionalização da banca e dos seguros e mais recentemente as nacionalizações de sectores básicos da indústria, do comércio e dos transportes, não constituindo por si só o poder dos trabalhadores sobre a economia ou a sociedade, abre condições para avanços maiores da luta dos trabalhadores exigindo para isso que o con-

trole operário tome formas mais avançadas.

Este controle dos trabalhadores não deve nunca consistir num comprometimento dos trabalhadores na gestão sobretudo do sector privado da economia; ver-se fundamentalmente, que se está num momento de desorganização capitalista, em que a burguesia não detém a iniciativa ao nível político e militar e em que se mostra incapaz de qualquer projecto de reorganização económica a curto prazo. Neste contexto, mais do que ter medo de se cair em formas de autogestão, é fundamental que os trabalhadores afirmem o seu poder não só no controle da organização do trabalho na fábrica — nomeação de chefes, ritmos de trabalho, espaços de discussão — mas também no controle de produção. Neste campo este controle deve exercer-se na definição de critérios de fornecimento, vendas, investimento, etc, segundo os interesses dos trabalhadores não só da empresa e do ramo, mas também de todos os trabalhadores portugueses. No exercício deste controle é preciso asse-

gurar que ele não se faça através de um comprometimento dos trabalhadores com uma lógica lucrativista ou produtivista do capital.

DEMOCRATICIDADE E APARTIDARISMO PARA UM SINDICATO DE CLASSE

Chegou-se à conclusão que a unidade na lei foi na realidade uma conquista para os trabalhadores na medida em que impede legalmente o pluralismo sindical. Conclui-se, no entanto, que a unidade não criou a unidade mas apenas mantém condições favoráveis para o seu desenvolvimento, uma vez que corta a partida a possibilidade de existência de várias centrais sindicais ou sindicatos, cada uma delas vinculada aos seus interesses partidários e de classe.

Neste sentido há condições essenciais para se alcançar a unidade sindical dos trabalhadores: apertadismo, democraticidade interna, sindicalismo vertical. Condições necessárias para se avançar para um

gurar que ele não se faça através de um comprometimento dos trabalhadores com uma lógica lucrativista ou produtivista do capital.

No sector nacionalizado, o controle operário deve entender-se de uma forma mais ampla, estendendo o poder de decisão efectiva dos trabalhadores sobre os mais vários sectores da vida da empresa, quer na organização do trabalho quer na aplicação particular do plano económico às possibilidades e potencialidades da empresa. Este controle deve estender-se à nomeação de pessoas da confiança dos trabalhadores para a gestão destas empresas, sempre que isso não signifique uma subordinação ideológica dos trabalhadores à planificação estatal.

No entanto é preciso não confundir esta presença dos trabalhadores na gestão das empresas nacionalizadas com o poder dos trabalhadores, que na empresa se continua a situar essencialmente no poder que a Comissão de trabalhadores e o plenário de empresa tenham de efectivamente controlar a comissão de gestão.

Como no presente momento em Portugal não existe um verdadeiro partido dos trabalhadores, a organização política autónoma da classe operária e dos seus aliados, existindo quando muito organizações de vanguarda dos trabalhadores, é incorrecto o controle partidário sobre os sindicatos.

Nesta perspectiva as massas trabalhadoras devem-se organizar no sentido de combater todo o controle exterior dos sindicatos, seja ele por parte de partidos políticos, seja por parte do Estado.

A democracia interna dos sindicatos é condição essencial para combater o partidismo e o dirigismo sindical.

É portanto essencial que todos os trabalhadores, neste momento, estejam conscientes da necessidade de os estatutos sindicais incluírem normas concretas que sejam garantia do funcionamento democrático dos sindicatos.

Assim chegou-se às seguintes conclusões:

1 — Que as direcções sindicais sejam eleitas democraticamente pelas massas trabalhadoras depois de amplamente discutidos e tratados os seus problemas;

2 — Que as mesmas direcções sejam executoras da vontade dos trabalhadores;

3 — Que os delegados sindicais sejam eleitos democraticamente pelos trabalhadores que represen-

tam, e nunca nomeados pelas direcções;

4 — Que haja reuniões periódicas de delegados sindicais com as direcções, a fim de levar a estas a voz dos trabalhadores e dar a conhecer a toda a classe os problemas concretos de cada empresa. Assim os sindicatos devem perspectivar formas para melhor fazer vingar as posições assumidas pelos trabalhadores;

5 — Que seja garantido a todos os níveis da organização sindical a representatividade das minorias;

6 — Quanto à eleição de militantes políticos para direcções sindicais, reconheceu-se que os mesmos possam ser eleitos desde que a sua ideologia política seja posta ao serviço dos interesses dos trabalhadores e nunca os trabalhadores a reboque dos seus interesses partidários.

CONTROLE DOS TRABALHADORES NA BANCA NACIONALIZADA

1 — Foi reconhecida a necessidade de haver um controle operário sobre a reconversão da banca e dos seguros; constituição desde já, nos sectores em causa de grupos de trabalho para analisar este assunto.

2 — Esse controle deverá ser exercido pela institucionalização de um órgão chamado conselho fiscal de trabalhadores da banca e/ou seguros e outros trabalhadores dos sectores produtivos nacionalizados.

3 — Foi reconhecido que a reconversão da banca e dos seguros facilitaria o controle operário destes sectores.

4 — Enquanto não constituídas formas organizativas de controle operário, os trabalhadores do sector bancário e seguradoras deverão assegurar o seu controle numa perspectiva revolucionária, isto é, de colocar estes sectores-chave da economia nacional ao serviço das necessidades do proletariado.

5 — Foi definido que o controle deveria ser exerci-

do transitoriamente do seguinte modo:

a) Criação de grupos de trabalho para apoio às comissões de trabalhadores, necessariamente eleitos em plenário, independentemente de esses trabalhadores serem ou não delegados sindicais;

b) Os nomes eleitos para os grupos referidos em (a) terão que merecer a total confiança política.

6 — Foi reconhecido que a reestruturação era fundamentalmente política e como tal deve integrar as comissões atrás referidas.

7 — Nos centros de decisão das empresas os trabalhadores não poderão permitir a permanência de indivíduos que não ofereçam a total confiança política, devendo o seu aproveitamento ser feito em órgãos controlados pelos trabalhadores.

8 — Como passo importante na organização dos trabalhadores deverão ser criados órgãos colegiais nos sectores-chave de decisão em substituição da che-



fia individual e tecnocrática.

9 — Pela politização e mobilização dos trabalhadores é fundamental tornar público todas as decisões e análises dos mecanismos do capital financeiro e fazê-los participar (aos trabalhadores) nas tomadas de decisão de todos os órgãos em que os trabalhadores participem.

10 — No sentido de evitar a gestão burocrática da economia pelo Estado nas empresas nacionalizadas,

há que ter em conta:

a) Informação sobre todos os actos públicos;

b) Participação dos trabalhadores nos sectores que lhes dizem respeito, tendo em conta a garantia de pleno emprego;

c) A gestão das empresas nacionalizadas deverá obedecer a uma perspectiva económica global e pelo avanço no sentido de uma gestão colectiva dos meios de produção.

SÍNTESE DA DISCUSSÃO DO GRUPO DE BANCA E SEGUROS

CRISE ECONÓMICA E NACIONALIZAÇÃO

Nacionalizados os bancos e os seguros impõe-se o alargamento das nacionalizações aos outros sectores de sustentação do poder do grande capital financeiro e industrial, a produção e a distribuição. Nesse sentido:

a) Indústrias extractivas
b) Cimentos
c) Petroquímica e adubos
d) Ferro e aço
e) Construção naval
f) Celulose e pasta para papel
g) Refinação de petróleo
h) Vidro
i) Laboratórios farmacêuticos nacionais
j) Construção civil (empresas com vendas superiores a 80 mil contos)

l) Produção de electricidade
m) Produção de veículos de transporte de passageiros

Surgem como os sectores industriais a nacionalizar completados por uma perspectiva de nacionalização das grandes empresas pertencentes aos grupos económicos.

n) Transporte de passageiros

a) Transporte e distribuição de electricidade e combustíveis

b) Comércio externo

c) Comércio interno de produtos essenciais.

Surgem como os sectores a nacionalizar no campo não-produtivo

É fundamental o controlo dos trabalhadores sobre as empresas nacionalizadas. Concluiu-se que os princípios gerais em que esse controle deveria assegurar (para além dos aspectos específicos de cada sector) são os seguintes:

A — Gestão a cargo de delegados do Governo

B — Controle e fiscalização quotidiana da gestão e da empresa por uma comissão de trabalhadores democraticamente eleita. A C.T. deverá ter acesso a toda a informação, assistir quando entender necessário às reuniões dos delegados do Governo e estender o seu

controlo à produção, prazos, compras e vendas, fiscalização de contas, etc.

C — Assembleia de trabalhadores que funcionará regularmente, vinculando a comissão de tra-

balhadores às suas decisões e tendo obrigatoriamente que pronunciar-se sobre os aspectos fundamentais da vida da empresa como, admissões fundamentais, investimentos, preços, produções, etc.

AVANTE PELO PODER OPERÁRIO E POPULAR NO CAMINHO DO SOCIALISMO

Encerrando o encontro de trabalhadores da região de Lisboa, o camarada Augusto Mateus em nome do Secretariado da Comissão Política do Movimento da Esquerda Socialista e da Comissão Organizadora, afirmou a necessidade de ultrapassar a dinâmica eleitoralista e enfrentar decididamente a crise económica e política fornecendo-lhe uma resposta revolucionária.

Transcrevemos a seguir a intervenção do nosso camarada:

Os mais de trezentos trabalhadores, de cerca de cem empresas da região de Lisboa que hoje aqui se reuniram, deram um exemplo e assumiram uma pesada responsabilidade.

Um exemplo de cons-

ciência da classe ao utilizarem o dia de descanso semanal para discutirem em conjunto os problemas essenciais que neste momento se colocam à classe operária e a todos os trabalhadores e as formas mais correctas de organizar o combate que é necessário levar por diante contra a exploração capitalista. Exemplo ainda mais importante numa situação em que tudo é feito para desmobilizar os trabalhadores da sua verdadeira luta numa perspectiva eleitoralista em que se pretende que os trabalhadores escolham representantes que nunca poderão levar por diante aquilo que só os trabalhadores, unidos e organizados, podem realizar.

Os mais de trezentos trabalhadores, de cerca de cem empresas da região de Lisboa que hoje aqui se reuniram, deram um exemplo e assumiram uma pesada responsabilidade.

AVANTE PELO PODER OPERÁRIO E POPULAR NO CAMINHO DO SOCIALISMO

Encerrando o encontro de trabalhadores da região de Lisboa, o camarada Augusto Mateus em nome do Secretariado da Comissão Política do Movimento da Esquerda Socialista e da Comissão Organizadora, afirmou a necessidade de ultrapassar a dinâmica eleitoralista e enfrentar decididamente a crise económica e política fornecendo-lhe uma resposta revolucionária.

Transcrevemos a seguir a intervenção do nosso camarada:

Os mais de trezentos trabalhadores, de cerca de cem empresas da região de Lisboa que hoje aqui se reuniram, deram um exemplo e assumiram uma pesada responsabilidade.

Um exemplo de cons-

Continua na pág. 8

TRO DE TRABALHADORES
REGIÃO DE LISBOA



DA REGIÃO DE LISBOA





Lanifícios: greve de zelo

Prosseguindo a luta pelo novo Contrato de Trabalho, os trabalhadores dos Lanifícios, Têxteis e Vestuário realizaram no sábado importantes manifestações no Porto e na Covilhã.

No Porto a manifestação seguiu-se a um Plenário no Palácio da Cristal que reuniu mais de 5000 trabalhadores. Na linha do que já se verificara com as suas camaradas de Lisboa, aprovaram uma moção que obedece a três pontos fundamentais:

«Exigir das associações patronais que as negociações se concluem antes das eleições, pelo que não consentirão em mais nenhum atraso das mesmas;

«Manifestar a sua firme decisão de conquistar um

contrato que sirva efectivamente os seus direitos e interesses pelo que desde já avisam as associações patronais que recorrerão a todas as formas de luta necessárias para impor a imediata satisfação das reivindicações contidas nos projectos de contratos apresentados pelos sindicatos;

«Exigir, desde já, a plena satisfação das reivindicações, que se serão analisadas nas negociações, tiveram a suspensão destes, nomeadamente: o subsídio de férias e 100 por cento, e os feriados, no caso do vestuário, e o descanso ao sábado no caso dos lanifícios.»

Na Covilhã, milhares de trabalhadores da cidade e de localidades vizinhas

desfilaram pelas ruas exigindo um novo contrato. A manifestação terminou com um Comício no Centro Cívico onde, entre outros falou o presidente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário, Manuel Lopes. Entretanto foi lá reconhecido pelos entidades patronais o direito de descanso ao sábado, imposto na prática pelos trabalhadores que tinham já deixado de comparecer ao trabalho naquela data.

Para este semana está decidida uma greve de zelo em todo o País, através de uma paralização diária de meia-hora. O mesmo se pôde desde já em prática o horário de 40 horas repartidos por 5 dias de trabalho.

Mira d' Aire: MES apoia luta

O M.E.S. é uma organização ao serviço da defesa dos interesses dos trabalhadores e propõe-se participar na sua organização para que, a partir daí, se possa avançar com um poderoso movimento de massas anticapitalista e criar o poder operário e popular, única maneira de se obterem avanços concretos e decisivos no sentido da emancipação de todos os trabalhadores, do socialismo.

Por isso, o núcleo de Leiria do M.E.S. apoia a luta dos trabalhadores dos lanifícios por considerar justa e correcta essa luta, nomeadamente:

a) a redução do horário de trabalho. Há anos que os operários praticam horários extremamente penosos e, em troca, obtem salários de fome. Por outro lado todos sabemos que os tecidos estão cada vez mais caros devido à ganância de lucros dos patrões e não a aumentos salariais.

A redução do horário de trabalho significa também a possibilidade de emprego para muitos camaradas desempregados. Significa evi-

tar os despedimentos de camaradas já que os patrões dizem que há pouco trabalho. Significa ainda a possibilidade de viver mais alguns anos, não ter tantas doenças, ter mais tempo para conviver com os outros e discutir os problemas da classe.

b) descanso semanal ao sábado. Esta é já uma regalia conquistada pela maioria dos trabalhadores da indústria. Neste aspecto os trabalhadores dos lanifícios têm sido dos mais sacrificados. No entanto, uma vez conseguida esta regalia, os trabalhadores devem utilizar este dia de descanso não para trabalhar seja onde for mas para se valorizarem e educarem. Por exemplo reunindo-se para discutir os problemas da terra, da fábrica, sindicais, educação dos filhos, etc., porque só assim conseguirão adquirir os conhecimentos que um dia lhes permitam libertar-se da tutela do patrão e de outros exploradores e avançar para o socialismo. A luta pela redução do horário de trabalho e pelo descanso ao sábado, uma vez ganha, não obriga os trabalhado-

res a produzir em 5 dias ou 40 horas aquilo que antes produziam em 6 dias porque se o patrão quer que se produza mais que meta mais operários e compre melhores máquinas.

Camaradas: A vossa luta tem de ser integrada numa luta mais vasta que é a luta de todos os explorados e oprimidos. Por isso, é necessário que ela seja divulgada entre os trabalhadores de outros sectores porque só assim poderéis conseguir o apoio e a solidariedade de toda a classe operária. Mas lato também nos obriga a estar atentos às lutas dos outros trabalhadores e a dar-lhes todo o apoio e auxílio porque temos a obrigação de o fazer já que onde houver um operário ou um trabalhador rural há sempre um explorado.

A vossa vitória será uma vitória da classe operária.

As vitórias de outros operários são também vitórias vossas.

Com unidade a organização e firmeza a classe operária vencerá

Núcleo de Leiria

ENCONTRO DE TRABALHADORES

Continuação da pag. 7

Uma pesada responsabilidade que é a de levar à prática o programa de luta que aqui foi avançado, as ideias — síntese da discussão que culminou no encontro de hoje. Responsabilidade que implica desparar mais os trabalhadores para o campo da luta revolucionária, para o campo da luta consequente pelo socialismo. Assim as conclusões deste encontro têm de ser divulgadas em todos os locais de trabalho, em todas as regiões de concentração operária.

Camaradas: Numa situação em que a perspectiva de uma vitória eleitoral da direita se encontra mais próxima, em que a crise económica se agrava de dia para dia traduzida sobretudo no aumento do desemprego e no esgotamento das reservas de divisas estrangeiras e em que os projectos de profissionalização das Forças Armadas estão longe de estarem derrotados, uma situação destas, o golpismo capitalista está longe de estar derrotado e tem mesmo condições para avançar

com a justificação da «legalidade democrática», do «respeito do 25 de Abril» e do «respeito do resultado das eleições», com a mira de impor um regime autoritário.

Nesta situação uma tática defensiva está votada ao fracasso.

Nesta situação há que derrotar os que querem profissionalizar as Forças Armadas e criar um exército popular.

Nesta situação há que derrotar os hesitantes e os medrosos e criar o poder operário e popular.

O MFA foi institucionalizado. Os órgãos de poder das massas trabalhadoras e das massas populares têm de ser reconhecidas como peça fundamental das transformações económicas e políticas que têm de ser levadas por diante: sindicatos verticais democráticos, comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia, conselhos de zona têm de ser generalizados e fortalecidos para que a classe operária e os seus aliados possam tornar

irreversível o processo revolucionário em curso.

Os bancos e os seguros foram nacionalizados. Têm de ser nacionalizados os sectores básicos da indústria, o comércio externo e o comércio interno de produtos essenciais. Têm de ser expropriadas as grandes propriedades para se avançar na reforma agrária. Mas as empresas tradicionalizadas têm de ser controladas pelos trabalhadores para que a transformação da economia portuguesa possa servir os interesses e as necessidades daqueles que tudo produzem.

O controlo dos trabalhadores sobre as empresas nacionalizadas tem de ser feito pela conjugação da afirmação e coordenação do poder dos trabalhadores em todas as empresas com o avanço da luta por melhores condições de trabalho e da vida, da luta contra a exploração e a opressão capitalistas.

É, como hoje aqui foi várias vezes afirmado, implantando as comissões de trabalhadores em bases de-

democráticas e de classe que o controlo operário se pode afirmar nos sectores nacionalizados.

Recusando as perspectivas «autogestionárias» que mais não levam do que à manutenção dos critérios capitalistas e ao reforço da influência dos técnicos, que o controlo operário pode ser mantido em bases seguras.

É dando o poder de decisão sobre os aspectos fundamentais do funcionamento das empresas nacionalizadas às assembleias dos trabalhadores que se pode combater uma gestão voltada para o lucro e a hierarquia reaccionária capitalista que ainda hoje reina em todos os locais de trabalho do nosso país.

É fortalecendo a frente da luta reivindicativa por objectivos como um salário mínimo que permita satisfazer as necessidades fundamentais, um salário máximo que liquide as situações de privilégio, o horário de trabalho de 40 horas semanais, a redução dos léguas salariais numa perspectiva ofensiva que os trabalhado-

res poderão completar o controlo que se exerce em cada empresa.

É desta modo que os trabalhadores podem ter voz activa na transformação económica, política e social do nosso país tornando-a não numa caminhada para novas formas de exploração e opressão, mas para o socialismo.

Este encontro serviu também para mostrar que os trabalhadores estão prontos para responder aos problemas que defrontamos.

Este encontro serviu para mostrar a importância de

assegurar a hegemonia operária no bloco social que será no nosso país o acto de revolução socialista.

Podem estar seguros que a classe operária se afirmará como classe dirigente e sabará arrastar para o seu caminho o para a sua luta todos os exploradores e oprimidos.

A afirmação crescente do poder popular na fase que atravessamos será a prova disso e, simultaneamente, um passo decisivo na caminhada para o socialismo.



CHILE — a des-ilusão reformista

exército burguês - exército popular

Dizer que Allende não terá tido uma consciência de perigo potencial que representava o exército chileno para o processo revolucionário para o socialismo, que defendia e pretendia minimizar as involuntárias consequências da "política" daquele De facto Allende verificadas desde a primeira hora e tentara resolvê-las à sua maneira. Como?

Através de uma via de sedução e "adornamento" dos militares. Assim os chefes do exército foram especialmente "premiados" durante o governo de Unidade Popular, com compras de material moderno, uma subida significativa de salários nos seus quadros superiores e com o aliciamento à participação no poder. Por outro lado, foi lançada uma vasta campanha de integração do exército como instituição no próprio processo e desencorajadas todas as campanhas de clarificação da existência da luta de classes no seu seio. Assim, o presidente pretendia mostrar aos militares que o exército como tal tinha um papel próprio na nova sociedade que se pretendia edificar. Simplesmente não é precisamente mil vezes que "As Forças Armadas são o Povo em uniforme" que um exército burguês se torna popular, e quem acaba por "adornar" acreditando no estribilho são as massas populares incapazes de compreender o carácter tático de tal afirmação.

Por outro lado, a elevação de salários dos quadros militares acabou por reforçar os laços de união destes com as camadas superiores da média burguesia despertando-os para as

transformações que o país atravessava e que afectavam ou envolviam as suas posições sociais com as quais contactavam.

Acerce que esta política de aliciamento "por clemência" acabou por ter efeitos desastrosos junto dos subalternos e soldados. O presidente contactava com os operários nas fábricas e camponeses nos campos mas nunca visitou os soldados nas casernas.

Assim, quando chegou a hora da verdade, os soldados seguiram os seus chefes, praticamente em bloco [95 por cento dos efectivos participaram no golpe].

A este falhanço total de estratégia legalista do governo para controlar o exército não correspondeu uma alternativa real das forças revolucionárias. Estas devido a uma análise simplista, consideraram-na como uma instituição monolítica da burguesia e por isso mesmo o rejeitaram em bloco. Todo o trabalho de infiltração e conscientização dos efectivos (1/2 dos quais milicianos) não foi encarado com seriedade.

Apenas após o "Tenecoz", isto é, 70 dias antes do golpe, o M.R. e outras organizações se debriçaram num esforço desesperado para recuperar o tempo perdido, sob a palavra de ordem da desobediência aos oficiais golpistas. Os resultados obtidos, apesar das grandes limitações, foram significativos como antídoto do que nesse sentido se poderia ter conseguido — uma cisão real no aparelho militar, arma derradeira do vasto arsenal da burguesia exploradora.

Incorporação do Povo no Poder.

A alteração constitucional proposta baseava-se na supressão do bicameralismo pela criação de uma Assembleia do Povo. Todas as eleições deveriam realizar-se simultaneamente para evitar a dualidade poder presidencial/poder parlamentar. Os delegados eleitos passariam a ser responsabilizados perante os eleitores que lhes poderiam retirar o mandato.

Assim pretendia-se suprimir o sistema político burguês embora respeitando e utilizando as regras por ele estabelecidas. Este sistema de alteração do poder passava necessariamente pela maioria parlamentar que se encontrava na altura nas mãos dos partidos de centro e direita. Assim para dar seguimento a esta estratégia, Allende viu-se obrigado a dialogar com a Democracia Cristã procurando plataformas (através de negociações que se arrastariam por dois anos) de acordo, que se salientavam em recuos táticos, incógnitas e finalmente numa paralisação geral do Governo.

A alteração das Estruturas Económicas.

A política de reestruturação económica da U.P. definiu-se essencialmente na luta contra os inimigos previamente definidos: o imperialismo americano e os sectores de burguesia nacional ligados ao capital estrangeiro. Estes dois grupos incluíam portanto as sociedades americanas, os monopólios industriais e financeiros e os latifundiários. Estes sectores controlavam 1/4 dos serviços, 1/3 da agricultura, e 1/2

da indústria nacional.

A nível de concentração dos trabalhadores metade deles estavam concentrados em 6 por cento das empresas. As restantes 94 por cento consistiam na sua maioria em pequenas células contando com uma escassa centena de operários.

Assim o governo da U.P. propunha-se nacionalizar 150 grandes empresas (os grupos monopolistas referidos) e incrementar o seu apoio às restantes 35.000 correspondentes ao pequeno e médio capital.

Subjacente a esta definição dos inimigos apresentados estava portanto a possibilidade de uma aliança durável com a pequena e média burguesia. Já vimos como estes aliados das camadas exploradas cooperaram, com o seu botequim activo, na preparação do golpe de estado.

Assim, no processo chileno, a U.P. propunha duas etapas no processo:

— Numa primeira fase a luta anti-imperialista e anti-burguesa.

— Numa segunda fase a luta pelo socialismo.

Como se passaria de uma a outra fase? Allende e o P.C. Chileno não o pensavam possível sem a obtenção de uma maioria eleitoral, parlamentar, presidencial e popular. Entretanto era necessário o combate pela produção. Este combate imediato era essencial para a vitória final pois seria o meio pelo qual camadas da população cada vez maiores seriam atraídas pela esquerda e lhe forneceriam a maioria eleitoral necessária para o processo da construção da sociedade socialista.

o poder popular

A proposta legalista de Allende deixava porém em

contingim através da ocupação de terras as injustiças mais gritantes da reforma de Frei, actuando simultaneamente como forma de pressão sobre os organismos da Reforma Agrária.

A forma de poder popular que atingiu expansão mais espectacular foi a que se desenvolveu entre os habitantes dos bairros de lata os "apobloadores".

Os "camponeses" possuíam delegados eleitos a uma Assembleia local. Aí os habitantes dos bairros chamavam a si a responsabilidade sobre aspectos concretos da administração da comunidade a que se referiam e decisões sobre a educação, a saúde e justiça e a autodefesa.

A coesão e a unidade foram fortemente cimentadas pelas características ilegais destes bairros originados pelas populações em terras ocupadas. Três meses após a chegada de Allende ao poder frentistas mil pessoas viviam nestes bairros autogestionários.

A forma de poder popular

o aventuralismo reformista

Dez dias antes do golpe de estado representantes do P.C. Chileno expunham o seu ponto de vista sobre os erros cometidos até ao momento. Eram apontados os essenciais quatro aspectos:

- 1) Crítica a todos aqueles que davam preferência à destruição das estruturas burguesas em vez de privilegiarem os esforços pelo aumento de produção.
- 2) Crítica à ocupação e gestão de empresas não previstas no plano de nacionalização da U.P.
- 3) A falta de atenção aos interesses legítimos dos engenheiros e técnicos.
- 4) A fraseologia esquematizada que incitava à tomada de posições irresponsáveis. Aquelas eram citadas as palavras de ordem de desobediência dos soldados aos oficiais golpistas e "pelo controle das fábricas pelos trabalhadores".

Estas críticas vêm na linha do que as forças reformistas chilenas sempre defenderam: a tentativa de captação da média burguesia cuja adesão era essencial para o seu projecto legalista. Aliás os factos desmentem totalmente as teses que justificam a queda da classe média no campo inimigo pela sua progressiva ruína "provocada por avanços aventureiristas das massas populares incontroladas". A metade mais pobre da população chilena recebia em 1973 17,6 por cento do rendimento nacional contra 16,1 por cento em 1970. Aos 5 por cento da população repre-

mais avançada e complexa consistia no Conselho Comunal. Compreendia os Cordões Industriais (orgãos coordenadores das comissões de trabalhadores de uma zona industrial), os Concelhos de Camponeses e os Comités de Bairro existentes na zona. Disponha de uma Assembleia Popular à qual os diversos sectores apontados (especialmente ministérios) prestariam contas. O Comando Comunal assegurava assim todas as necessidades dos habitantes de um sector: a produção, a distribuição, o alojamento, a educação, a saúde, a justiça, a propagação e a defesa. O Comando Comunal seria, assim, simultaneamente o meio e o fim para o novo poder alternativo ao Estado Burguês. Permitia a ligação da classe operária com todos os explorados, a articulação das lutas operárias com as dos camponeses, estudantes e desajudados.

Infelizmente esta esquema de articulação estava ainda em formação quando do golpe militar.

sentando a alta burguesia e latifundiários, entre em 1973 24,7 por cento contra os 30,6 por cento dos três anos antes. Finalmente a classe média (pequena e média burguesia) colhia 57,7 por cento do rendimento em 1973 contra 53,9 por cento em 1970.

E também frequente o argumento de que foram os avanços dos operários na gestão das fábricas, as ocupações de terras e as palavras de ordem de desobediência militar que levaram os generais golpistas a actuar. Porém a todos os argumentos que vão no sentido de que não é atrelado o proletariado aos interesses da burguesia que se constrói o socialismo, acresce que Pinochet, uma vez derrubado Allende, esclareceu a data de Maio de 1972 a decisão da realização do golpe... (isto é, antes do desenvolvimento dos citados processos).

No Chile a burguesia mostrou que não cede aos seus privilégios se puder mantê-los e que não olha a moles na sua defesa. Que a sua própria legalidade, só lhe interessa enquanto servir para manter a sua dominação.

Basta-nos tirar as conclusões. Aprender que não pode haver conciliação entre classes com interesses antagónicos.

Que é crime desarmar o proletariado para não sustentar a burguesia.

Que é suicídio poupar os Pinochets para evitar divisões.

Para que a derrota do reformismo no Chile sirva à Revolução de Portugal.

democracia burguesa

não é caminho para o socialismo

A concepção allendista da conquista do poder passava pela criação de um novo estado julgado necessário servindo-se do antigo estado julgado parcialmente utilizável. Assim o velho sistema democrático-burguês não seria para regular em bloco mas sim reali-

zar de modo autêntico, depurando-o das suas deformações.

A actuação da Unidade Popular canalizava-se assim essencialmente em duas linhas de força:

a) "Aprofundamento da democracia" e construção de um novo estado com a

clarar importantes interrogações:

Como construir o Socialismo a partir do Estado burguês?

Serão suficientes a recuperação dos recursos nacionais e a nacionalização dos monopólios para a criação do poder proletário?



Comício em Lisboa

O M.E.S. levou a efeito um comício no dia 8 do corrente mês no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

Dentro da perspectiva não eleitoralista que definimos como linha de acção para a campanha eleitoral, dois pontos fundamentais tonalizaram as intervenções:

Reafirmação das intenções revolucionárias da participação do Movimento na campanha e do intuito contra-revolucionário da exigência burguesa de efectivar eleições.

Avanço de propostas de organização popular alternativa às classes capitalistas da democracia burguesa.

De duas das intervenções reproduzimos alguns trechos:

O camarada Afonso de Barros, afirmou a certa altura:

«Vivemos um momento em que a burguesia se movimenta num terreno que lhe é particularmente favorável. Tendo conseguido impor a realização de eleições, a burguesia, surge, através dos seus partidos, conflante, triunfalista, insinuante e até ameaçadora. Esbanja dinheiro em propaganda eleitoral — dinheiro roubado aos trabalhadores através da exploração a que os sujeitos — promete mundos e fundos, afirma-se como campeão dos direitos e liberdades do homem — ela que sempre negou aos trabalhadores os mais elementares direitos, que sempre os oprimiu e violentou — dirige-se com sorrisos simpáticos a aqueles que mais intensamente têm reprimido e explorado — os camponeses pobres, as mulheres, os velhos — pensando que os pode enganar mais facilmente, tentando lançá-los contra os operários seus irmãos.

O M.E.S. denunciou estas eleições como não servindo os reais interesses dos trabalhadores. Demonstrou o seu carácter burguês, lutou pela sua não realização e pôs a claro que as únicas eleições que interessam às classes trabalhadoras são as destinadas a criar os órgãos de poder popular e, a partir destes, a Assembleia Popular.

O M.E.S. não está na campanha eleitoral para desmobilizar os trabalhadores das suas lutas, fundamentais (dizendo isso, votem primeiro e se resta logo se resolve), mas para impulsionar estas lutas, coor-

que a luta fundamental continuará a travar-se nas fábricas e nos campos e aí, os trabalhadores vencerão certamente.

ORGANIZEMOS-NOS PARA VENCERMOS

Da intervenção do camarada Francisco Faria destacamos as seguintes afirmações:

Ao longo das últimas movimentações populares foram surgindo órgãos de massa que, nascendo da própria prática de luta, trazem a força, a unidade, a consciência de classe dos trabalhadores empenhados na batalha pela sua emancipação.

De todos estes órgãos criados pelas massas em movimento, assumem particular importância as Comissões de Trabalhadores, pois é um tipo de organização que nasce no local fundamental de luta de classes, o local de produção, e que representa os interesses de todos os trabalhadores de uma mesma unidade de produção, face ao inimigo comum: o explorador capitalista.

As comissões de trabalhadores, exprimem, pois, em termos organizativos, uma independência dos trabalhadores em relação ao poder do capital. São a forma de organização mais apropriada para se fazer ouvir a voz da classe operária e se fazer sentir o seu poder, como ela, a prática o demonstrou.

Mas nos locais de trabalho também se encontra presente uma outra forma de organização muito importante: a organização sindical.

Temos no entanto que compreender que as comissões de trabalhadores são uma forma de organização mais avançada do que a organização sindical, porque as comissões de trabalhadores podem levar para a frente lutas por objectivos que ultrapassem os limites da luta sindical. Isto porque a luta sindical está voltada essencialmente para aspectos reivindicativos, está condicionada à lógica da negociação capitalista e ainda porque assenta em bases profissionais e não em bases de classe.

Temos de compreender que sendo a organização sindical importante, não pode de maneira nenhuma tornar-se na única forma de organização de massas dos trabalhadores, pois isso reduziria a sua capacidade de luta e de organização.

Isto não significa que os delegados sindicais não



façam parte das comissões de trabalhadores, pois a luta sindical deve integrar-se na luta mais geral contra o poder capitalista, luta esta que as comissões de trabalhadores, podem levar para a frente de uma maneira mais consequente.

Contudo, para que as comissões de trabalhadores cumpram eficazmente a função para que foram criadas, há que estabelecer-lhes normas de funcionamento correctas, a fim de evitar que se transformem em órgãos de colaboração com o patronato, onde abundem os chefes, os laços de patrocínio e aqueles que embora fazendo bons discursos não demonstram firmeza na defesa dos nossos interesses.

Camaradas, para nós, as comissões de trabalhadores devem ser escolhidas em bases verdadeiramente democráticas e representativas, devendo ser eleitas depois de amplas discussões por parte de todos os trabalhadores.

As CT devem poder ser revogáveis a todo o momento, quando se prove que não defendem os interesses dos trabalhadores.

As CT devem assentar todas as suas posições em decisões tomadas depois de amplas debates e assembleias.

Não devem, em caso algum, ter poder de decisão e de negociação com a entidade patronal.

As CT devem ser constituídas por elementos escolhidos com base na sua firmeza e prática de luta.

As CT devem ser constituídas na sua maioria por operários, não devendo ter quadros superiores da empresa, pois só assim se poderá garantir a presença majoritária daqueles que são os produtores de toda a riqueza e que podem de uma maneira decisiva afrontar o poder do capital.

Para nós, as comissões de trabalhadores devem:

Lutar contra a desorganização da produção capitalista e evitar todas as manobras de sabotagem levadas a efeito pelo capital.

Luta para fazer do saneamento uma afirmação de poder operário contra a disciplina reaccionária do patrão e dos seus polícias.

Lutar por uma apertada vigilância sobre as manobras da reacção, preparan-

do-se para as de-unciar e fazer-lhes frente.

Lutar pela redução dos salários e de todos os outros benefícios levantados pelo patronato para nos dividir.

Lutar pela unificação da classe operária, coordenando a sua acção com todas as outras comissões de trabalhadores não só do mesmo ramo de indústria ou grupo económico, mas também de uma mesma zona e mesmo a nível nacional.

Lutar pela aliança entre a classe operária e outras camadas exploradas e opri-

midos pelo capitalismo, de modo a poder formar uma verdadeira frente única anticapitalista.

Lutar pela coordenação entre os vários órgãos de poder operários e populares nas empresas, locais de habitação e quartéis, articulando desta forma a luta nos locais de trabalho e a luta mais geral contra a exploração e opressão capitalista.

Promover a divulgação dos grandes ideais proletários do Socialismo e do Comunismo, que são os objectivos últimos da luta proletária.

SEDES

Lisboa, Av. D. Carlos I, 130, Tel. 800054
Av. D. Carlos I, 146-1.º
dr.º, Tel. 607127/28
R. Rodrigues Sampaio, 79
r/c, eq. (Jornal), Tel. 535438
Arroios, Rua de Arroios, 88-1.º

Alameda, Prec. D. Isabel (R. Projectada à R. D. João de Castro), anexo 6
Alvega, R. Brigadeiro Alberto Fernandes, Lote 7, 1.º
E

Amadora, R. António Correia, 3
Angra do Heroísmo, R. Conselheiro Jacinto Cândido, 7
Avelar, Av. Araújo e Silva, 22
Bacelos, Av. da Liberdade, 60-1.º

Beja, R. dos Infantes, 14, 2.º
Braga, Av. da Liberdade, 362-2.º, Tel. 27043
Caldas da Rainha, Trav. 5 de Outubro, 22
Cascais, R. Araújo Viana, 6
Castelo Branco, R. João de Deus, 54-58 T. 833

Castro Verde, R. Nascimento Costa
Chaves, R. das Longras, 20-2.º
Coimbra, R. Ferreira Borges, 125-3.º, Tel. 27718
Covilhã, Praça do Município, 84-2.º, Tel. 24485
Cuba, R. Serpa Pinto, 15
Espinho, R. 19, n.º 67 r/c

Estarreja, Largo da República, 42
Faro, R. Reis Teixeira Guedes, 45 Tel. 26100
Figueira da Foz, Rua de República, 102, 1.º
Guimarães (Maia), R. da Moura, 9

Guarda, R. Augusto Gil, 1.º
Guimarães, Rua da Rainha, 126-2.º e 3.º
Lamego, Praça do Comércio, 93-3.º
Leiria, Rua Tenente Valdim, 66 r/c dr.º

Lisboa, Av. D. Carlos I, 130, Tel. 800054
Av. D. Carlos I, 146-1.º
dr.º, Tel. 607127/28
R. Rodrigues Sampaio, 79
r/c, eq. (Jornal), Tel. 535438
Arroios, Rua de Arroios, 88-1.º

Alameda, Prec. D. Isabel (R. Projectada à R. D. João de Castro), anexo 6
Alvega, R. Brigadeiro Alberto Fernandes, Lote 7, 1.º
E

Amadora, R. António Correia, 3
Angra do Heroísmo, R. Conselheiro Jacinto Cândido, 7
Avelar, Av. Araújo e Silva, 22
Bacelos, Av. da Liberdade, 60-1.º
Beja, R. dos Infantes, 14, 2.º
Braga, Av. da Liberdade, 362-2.º, Tel. 27043
Caldas da Rainha, Trav. 5 de Outubro, 22
Cascais, R. Araújo Viana, 6
Castelo Branco, R. João de Deus, 54-58 T. 833
Castro Verde, R. Nascimento Costa
Chaves, R. das Longras, 20-2.º
Coimbra, R. Ferreira Borges, 125-3.º, Tel. 27718
Covilhã, Praça do Município, 84-2.º, Tel. 24485
Cuba, R. Serpa Pinto, 15
Espinho, R. 19, n.º 67 r/c
Estarreja, Largo da República, 42
Faro, R. Reis Teixeira Guedes, 45 Tel. 26100
Figueira da Foz, Rua de República, 102, 1.º
Guimarães (Maia), R. da Moura, 9
Guarda, R. Augusto Gil, 1.º
Guimarães, Rua da Rainha, 126-2.º e 3.º
Lamego, Praça do Comércio, 93-3.º
Leiria, Rua Tenente Valdim, 66 r/c dr.º

O «E. S.» VENDE-SE
NA SUÍÇA

Télécab du Boulevard
13, Boulevard Georges-Favon
1200 Genève

EM FRANÇA
Livrairie Portugaise,
221, Chausée d'Alsace
33 Rue Guy-Lussac
75005 Paris (Tél. 033.46.16)

NA BELGICA
Librairie L'Oeil Savoy
221, Chausée d'Alsace
1050 Bruxelles (Tél. 648.14.45)



nas eleições

LUSOIA

- 15 de Abril: **Alentejo**; Ajuda Recreativa do Ajuda; Mem Martins, Progresso Clube; Lusitânia Academia Lusitânia; Talside, Menique
- 16 **Bobadela**; Arroios Clube Recreativo; Linda-a-Vista Bombeiros; Alhandra Soc. Entorques; Alcoitão Escola; Picheleira
- 17 **St.ª Iria de Azoia**; Gueuz de Baixo; Casal Ventoso Casaleiros; Loures Soc. 1.ª de Agosto; Cascais Tires; Casal das Formas
- 18 **Cachoeira**; Cacém Bombeiros; Ametoeira Academia; Alverca Bombeiros; Olival F.N.A.T.
- 19 **Lisboa** Voz do Operário; Queijas Grupo Musical; Póvoa de St.ª Iria Barracão Alibon; Castanheira do Ribatejo Juventude; Paredes S. M. V. P.; Lisboa Clube Oriental de Lisboa, 21.30 h.
- 20 **Moscavide**; Barcelos; Alhandra Soc. Entorques; Estrela Clube Estrela
- 21 **Lisboa** 2.ª Bairro Estrelas da Vila Maia; Alentejo Lusitânia; Vende Nova Clube União Progresso; Queijas Grupo Musical 1.ª de Dezembro
- 22 **Lisboa** Clube Atlético do Campo de Ourique; Sacavém Cooperativa Sacavémense; Estrela Clube Estrela; Vila Franca de Xira Bombeiros; Paço do Lumiar; Alameda Galiza
- 23 **Moscavide** Clube do Futebol Oliveira; Colares Bombeiros; Lisboa Pavilhão dos Desportos; Janas Social

PORTALEGRE

- 15 de Abril: **St. Salvador**
- 16 **Morforte**
- 17 **Cabeço de Vide Albergue**
- 18 **Fronteira**
- 19 **Santa Eulália** C. do Povo
- 20 **Campo Maior** Ginásio da 18 h.; Portalegre Pavilhão
- 21 **Urre C. do Povo**
- 22 **Beirã** Escola Primária

PORTO

- 15 de Abril: **Porto Centro Social do Bairro Fonte da Moura** 21.30 h.; **Vila Nova de Gaia** Ass. de Socorros Mútuos do Sarrado, 21.30 h.; **Matosinhos** Centro do Recreio Popular de Lavra, 21.30 h.; **Penafiel** Escola Primária de Guilhufe, 21.30 h.
- 16 **Matosinhos** Escola Primária de Guilhufe, 21.30 h.; **Ermineide** Cine Ermineide, 21.30 h.; **Póvoa de Varzim** Liceo Nacional, 17.30 h.; **Santo Tiro** Escola Comercial, 21.30 h.; **Paredes** Ass. Cult. e Recreativa de Roborosa, 21.30 h.; **Paços de Ferreira**, Bombeiros, 21.30
- 17 **Porto Centro Social do Bairro do Cerco do Porto**, 21.30 h.; **Vila Nova de Gaia** Ass. Recreativa de Paredes, 21.30 h.; **Matosinhos** Centro do Recreio Popular de Lavra, 21.30 h.; **Penafiel**, C. do Povo de Paredes, 21.30 h.
- 18 **Porto** Grupo dos Modestos, 21.30 h.; **Gondomar** S. Pedro da Cruz Escola Primária de Paredes, 21.30 h.; **Paredes** Condição Escola Primária de S. João, 21.30 h.; **Entre-os-Rios** Bombeiros; **Bailão** Cine Alameda, 21.30 h.
- 19 **V. Nova de Gaia** Ass. Cult. e Recreativa de Vitor do Andorinho, 21.30 h.; **Arcos** Ass. Dramática Leões de Pedrouços, 21.30 h.; **Matosinhos** Escola Primária de Tómbas, 15.30 h.
- 20 **Porto** Pavilhão dos Desportos, Camelo 21.30 h.; **Lousada** Junta de Freguesia, 18 h.
- 21 **Porto** Ass. Rec. e Popular da Freguesia, 21.30 h.; **V. Nova de Gaia** Vinte e Cinco Res. Avante!, 21.30 h.; **Matosinhos** Bombeiros de Lapã do Bello, 21.30 h.; **Valongo** Centro do Recreio Popular de Alentejo 21.30 h.; **Gondomar** Grupo Dramático Beneficente do Rio Tinto, 21.30 h.; **Trofa**, Escola Primária, 21.30 h.; **Amarante** Escola Técnica, 21.30 h.; **Bailão** C. do Povo de Santa Matilde do Zazere, 21.30 h.
- 22 **Porto** Junta de Freguesia de Aldoar, 21.30 h.; **Matosinhos** Cine St.ª de Horta, 21.30 h.; **Matosinhos** Cine St.ª de Horta, 21.30 h.; **Gondomar** Associação Recreativa Valongo e Luz e Vida, 21.30 h.; **Felgueiras** Junta de Freguesia de Longra, 21.30 h.; **Lousada** Escola Primária de Marilva, 21.30 h.
- 23 **V. Nova de Gaia** Socorros Mútuos de Grijó, 21.30 h.; **Matosinhos** Releitorio da A. P. D. L., 18 h.; **Póvoa de Varzim** Escola Primária de A. Varo-Mar (Cruzeiro), 21.30 h.; **Vila do Conde** Escola Comercial, 21.30 h.; **St.ª Tiro**, Escola Primária de Rebores (Ribeiro), 21.30 h.

SANTARÉM

- 15 de Abril: **Madalena** Casa do Povo; **Rio Maior**
- 16 **Rio de Janeiro**
- 17 **Pombalino**; Glória do Ribatejo
- 18 **Alfarrere**; St.ª Estevão
- 19 **Rio de Janeiro** do Tajo; **Benfica** do Ribatejo
- 20 **Tome**

SÃO MIGUEL

- 15 de Abril: **Capelas**; **Raba**
- 16 **Porto Formoso**; **Correia**
- 17 **Fajã de Cima**; **Candelária**
- 18 **S. Roque**
- 21 **Vila Franca do Campo**
- 22 **Rabo de Peixe**

SETUBAL

- 15 de Abril: **Santa Susana** Soc. Recreativa; **Caséiros** Casa do Povo; **Setúbal** Camarinha; **Corroios** Amora Casa do Povo de Corroios
- 16 **Alcacer do Sal** Soc. Filarmónica Amizade Visconde Albuquerque; **V. Nogueira** de Azeitão Casa do Povo; **Cova da Piedade**
- 17 **Sines** Soc. Recreativa; **Setúbal** Casino Setubalense
- 18 **Santiago** do Cacém Casa do Povo; **Almada** Sobreda Clube Recreativo Sobredense; **Setúbal** Soc. Musical Sembrados; **Barcelos** Cine Teatro Barcelonense
- 19 **Grândola**, Casa do Povo; **Almada** Soc. Recreativa Almadaense
- 20 **Alvalade** Casa do Povo; **Almada** Raposo Clube Recreativo
- 21 **Almada** Grupo Desportivo Estrelas dos Torcazes
- 22 **Setúbal** Póvoa de Varzim; **Montijo** Soc. Filarmónica 1.ª de Dezembro
- 23 **Setúbal** Pav. do Naval
- 24 **Alcochete** Casa do Povo

VIANA

- 15 de Abril: **Afife** Casa do Povo
- 16 **Vila Praia de Ançã** Cine Teatro dos Bombeiros
- 17 **Vila do Pinho** (Naves) Centro Recreativo
- 18 **Caminha** Cine Teatro José António Pires
- 19 **Ponte de Lima** Cine Teatro Diogo Bernardes
- 20 **Ponte de Barca** Ginásio do Cido
- 21 **Valença** Pavilhão Municipal
- 22 **Lousada** Casa do Povo
- 23 **Paredes** de Course Bombeiros

Emissoras Associadas de Lisboa	
15 de Abril	07.00-07.10
16	23.15-23.25
17	22.45-22.55
18	22.15-22.25
19	07.00-07.10
20	23.15-23.25
21	22.45-22.55
22	22.15-22.25
23	07.00-07.10

Emissora Nacional Rádio Clube Português

15 Abril	20.00-20.10	17 Abril	23.10-23.20
16	18.00-18.10	18	23.30-23.40
18	19.10-19.20	20	14.50-15.00
20	20.10-20.20	22	14.50-15.00
21	19.20-19.30	23	23.40-23.50
22	18.30-18.40		14.50-14.60
23	18.50-19.00		23.00-23.10

Televisão

Rádio Renascença	
16 Abril	10.00-10.10
	22.55-23.05
	23.00-23.10
17	23.20-23.40
18	10.10-10.20
	22.55-23.05
20	22.40-22.50
21	23.10-23.20
22	22.30-22.40
23	22.30-22.40

Televisão

ASSINATURA

Esquerda Socialista

5 meses 75 \$ 00 12 meses 150 \$ 00

apoio 200 \$ 00

estrangeiro-Europa 275 \$ 00

Nome

Morada

Localidade

Profissão

Admin./redação: R. Rodrigues Sampaio, 73 r. e Lisboa tel. 535438

ENSINO E REVOLUÇÃO

Numa sociedade capitalista, como a nossa, a característica principal é a da separação entre os que possuem os meios materiais de vida e de produção e os que apenas possuem a sua força de trabalho, que são obrigados a vender como qualquer mercadoria. Há, pois, nesta sociedade uma contradição fundamental — contradição entre exploradores e explorados, opressores e oprimidos, trabalhadores e parasitas.

Uma organização deste tipo é profundamente irracional, autoritária e consequentemente repressiva. Uma minoria oprime, explora a maioria: o povo trabalhador.

Para conseguir manter esta estrutura social, a burguesia exerce sobre o povo trabalhador a sua dominação económica, política e ideológica.

A dominação ideológica burguesa é assegurada por formas tendentes a fazer aceitar pacificamente aos trabalhadores a hierarquização social e a divisão do trabalho, a aceitá-la como facto natural e inevitável.

Entre outras formas adquire particular importância o ensino cuja finalidade essencial, em sistema capitalista, é levar à conformidade com esse sistema.

O ensino capitalista não vise desenvolver integral-

tam a conformidade com a ordem social e económica do capitalismo com os seus principais valores e instituições.

Os professores são técnicos encarregados de veicular a ideologia burguesa junto dos alunos, prove-nham eles de que classe social provierem e seleccionam de acordo com os critérios da classe dominante, expressos nos programas e nos métodos de ensino, os que devem passar e os que não devem passar ao escalão seguinte. Neste sentido, eles são agentes de dominação da burguesia sobre os trabalhadores.

Mas os professores são também eles objecto do sistema de exploração. Cabe-lhes desempenhar uma função que exteriormente lhes foi fixada, de que não podem afastar-se. E, além disso, em particular na sociedade portuguesa, são sujeitos a péssimas condições de trabalho e de vida (baixos salários, más condições de existência, intensos ritmos de trabalho, etc.). Alguns vivem essas condições — especialmente agravadas pelo facto de trabalharem para estabelecermos de ensino com finalidades lucrativas.

A luta reivindicativa dos professores determina-se por um lado face ao patronato que para a maioria é

um carácter eminentemente anticapitalista, fazendo-lhes compreender a necessidade da destruição do Estado burguês e a sua substituição por um Estado proletário, o único que assegura o fim da exploração do homem pelo homem.

Dei que nas lutas dos professores se tenha de distinguir entre as que não ultrapassam os limites do sistema e as que apontam para objectivos revolucionários susceptíveis de serem assumidos pela luta política da classe operária e dos seus aliados.

Dai que os professores sejam em todos os países e em Portugal especialmente antes do «25 de Abril» objecto de apertado controlo político no recrutamento, na formação científica e didáctica e pedagógica por parte do Estado capitalista.

O SINDICATO DOS PROFESSORES

A partir dos anos 60, as necessidades de extensão da rede escolar e aumento de escolaridade sentidas pelo capitalismo levam à criação de um conjunto de professores experimentados nas lutas estudantis — o que deu origem às primeiras movimentações progressistas de professores e levou à compreensão da necessidade de se organizarem como grupo profissional, o que foi por várias formas reprimido.

Após o «25 de Abril», os professores aproveitando as condições mais favoráveis então criadas lançaram-se na organização de um sindicato. Mas ainda hoje não foram abolidas as limitações legais à sua limitação e o projecto-tel das associações sindicais prevê que tal especial regule a actividade sindical dos funcionários do Estado, o que é perfeitamente arbitrário e discriminatório.

Mas o Sindicato dos Professores mista de facto. No entanto, a orientação capitalista da actual direcção tem contrariado a iniciativa progressista das bases, nomeadamente das que defendem ser função do Sindicato promover uma ligação efectiva de luta dos professores à luta dos restantes trabalhadores por objectivos socialistas.

A orientação reformista da actual direcção sindical tem-se traduzido na prática pela recusa de reivindicações de alterações qualitativas a nível do aparelho de Estado (saneamento de estruturas do M.E.C., por exemplo).

A orientação seguidista da actual direcção do sindi-

cato em prejuízo do trabalho de massas e da movimentação combativa tem conduzido ao progressivo isolamento do Sindicato, dada a incapacidade demonstrada em mobilizar os professores em torno de propostas concretas adequadas ao processo revolucionário em curso.

O Movimento de Esquerda Socialista sempre defendeu um sindicalismo de massas e uma linha de acção sindical anticapitalista, a única capaz de contribuir para:

— A elevação do grau de consciência política dos professores;

— O desenvolvimento da sua organização;

— O fortalecimento da sua unidade.

O M.E.S. sempre defendeu a necessidade de garantir o controle aos vários níveis da vida sindical por todos os professores, isto é, a democratização interna do sindicato. Para tal, torna-se indispensável que a acção sindical seja privilegiadamente exercida no local em que os professores se encontram directamente sujeitos ao sistema de exploração e opressão, isto é, o local de trabalho.

O M.E.S. entende que a luta sindical não se deve sagitar em meras acções reivindicativas; pois o sindicato deverá perspectivar e globalizar as lutas de modo a tornar possível a articulação entre a luta dos professores e a dos restantes trabalhadores.

O Movimento de Esquerda Socialista entende ser necessário desenvolver e fortalecer uma linha de acção sindical que leve os professores a aperceberem-se:

— Das contradições do sistema que origina a sua exploração e que tendem a transformá-los em dóceis transmissores da ideologia burguesa dominante;

— Que a sua acção sindical deverá exercê-se prioritariamente na escola, reivindicando uma função diferente para o professor e para a própria escola, colocando esta inequivocamente ao serviço da classe trabalhadora;

— Que a sua acção se deve prolongar na sociedade lutando com os restantes trabalhadores pela abolição das relações sociais de produção de tipo capitalista.

O Sindicato deve contribuir para o aprofundamento do debate em torno da definição de uma alternativa estratégica revolucionária que possa ser defendida no interior como no exterior da escola, de fábrica ou do campo.

Portugal não será o Chile da Europa!

A organização italiana Lotta Continua convoca uma manifestação nacional de apoio e solidariedade ao processo revolucionário português para sábado 19 de Abril de 1975. Convida todas as forças revolucionárias e antifascistas a associarem-se a esta ampla mobilização.

Contra as manobras da NATO, da CIA e do Pentágono que visam decapitar a Revolução Portuguesa e esmagar o povo angolano sob o jugo neo-colonial!

Contra o cerco económico, político e militar de Portugal pela burguesia imperialista europeia e americana!

Contra a campanha de difamação anticomunista da democracia cristã e dos fascistas sobre Portugal!

Apoiemus a luta dos operários e soldados portugueses pela Democracia Proletária! Apoieemos o povo angolano e o seu legítimo representante o M.P.L.A. Pela neutralidade e independência dos países do Mediterrâneo!

DECLARAÇÃO DA COORDENADORA DOS SOLDADOS DEMOCRATAS DE TRENTO DE APOIO À MANIFESTAÇÃO

«Nós soldados do 4.º Regimento de Artilharia Pesada, do 3.º Grupo de Artilharia Móvel, do 4.º Grupo Especial de Artilharia, do 2.º Regimento da Engenharia de Trento, reunidos na Coordenadora dos Soldados, democratas e antifascistas, apoiamos os soldados e o Povo Português com toda a nossa solidariedade militante.

Neste momento, para nós soldados, estar ao lado do proletariado português significa, antes do mais, estar ao lado dos soldados que a partir do 25 de Abril, derrotando todas as tentativas reaccionárias, asseguraram e caminharam do Povo Português para o socialismo e estão construindo dia a dia a sua organização a partir da necessidade de serem os instrumentos e protagonistas do processo revolucionário português no lado da classe operária.

«Para nós, estar presente como intérpretes e não como espectadores da luta do Povo Português significa o envolvimento directo em Itália com a classe operária e fazer avançar o nosso movimento como parte integrante da luta proletária. Significa batemo-nos contra as manobras reaccionárias imperialistas, contra a reestruturação

com que se pretende transformar as Forças Armadas italianas num meio da repressão popular ainda mais eficaz.

«Significa a luta pela saída da Itália da NATO, contra o projecto que visa transformar a Itália no polígono do Mediterrâneo ao serviço do imperialismo americano.

«Significa mobilizar-nos contra a forte campanha da D.C. italiana que utilizando a suspensão eleitoral da sua homónima portuguesa tenta lançar o descrédito sobre o processo revolucionário em Portugal.

O melhor modo de nós, soldados antifascistas estarmos ao vosso lado e ao lado de todo o Povo Português é lutar — como diz a proclamação dos marinheiros portugueses — pela libertação total dos trabalhadores das garras do capital, por uma sociedade livre do lucro pelo futuro e felicidade do povo, pelo socialismo.

PORTUGAL NÃO SERÁ O CHILE DA EUROPA

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Coordenadores dos Soldados Democratas e Antifascistas de Trento

Settimanale "Lotta Continua" - 17, 20, 27, 28, 29, 30 Aprile 1975 - Roma 75 - 19 - Edizione 15 Aprile 1975



iale
piazza
di Portofino, nel Nord

Il Portogallo non sarà il Chile d'Europa

Per sabato 19 aprile Lotta Continua indica una MANIFESTAZIONE NAZIONALE di sostegno e solidarietà con il processo rivoluzionario in Portogallo, contro tutte le forze imperialiste e reazionarie e tutti i tentativi di manipolazione della mobilitazione attiva.

Enfrente le manovre della NATO, della CIA e del Pentagono per schiacciare la rivoluzione portoghese e sottomettere il popolo dell'Angola — e il

ENCONTRO REGIONAL DE PROFESSORES

Realizou-se no passado sábado no Liceu Garcia da Horta, no Porto, o encontro da professoras da zona Norte, promovido pelo M.E.S.

Mais de duas centenas de professoras debateram durante todo o dia a função do ensino e seu papel no processo revolucionário em curso, nomeadamente os temas «Integração da Escola no Meio» e «Sindicalismo no Sector da Educação».

mente as capacidades dos indivíduos, mas prepará-los para desempenhar funções bem determinadas na estrutura social: agentes de produção operária e camponeses e agentes de dominação (quadros técnicos).

Desde a escola primária até à Universidade, o sistema escolar é constituído por uma série de estádios que só vão sendo ultrapassados por aqueles que melhor se acomodam aos interesses da burguesia.

É evidente que os filhos dos trabalhadores são os que mais dificilmente ultrapassam os primeiros estádios, até porque a escola está separada do mundo do trabalho, a teoria está separada da prática, pelo que a escola capitalista desempenha uma função de confirmação de classe. Ela transmite às diversas classes sociais que a frequen-

o Estado e por outro lado ao estatuto que lhes é fixado pelo sistema capitalista.

A luta reivindicativa dos professores quando é levada até às últimas consequências, ou seja, quando os professores põem em causa a sua função de técnicos ao serviço do sistema de exploração, assume um carácter eminentemente político de confronto com o aparelho de Estado burguês, no qual a maioria se integra.

Ao confrontarem o aparelho de Estado que é um conjunto de órgãos de concentração da dominação social burguesa, os professores colocam-se em situação de aliados das massas exploradas e oprimidas em luta contra o poder da burguesia.

Este confrontoamento confere à luta dos professores